

CNseg em Anfavea debatem soluções para desafios climáticos no Brasil

..... Página 14



Bancos de fomento e setor segurador são pilares da transição energética, dizem especialistas no Fórum de Lisboa

..... Página 16



Resiliência e mercado de seguros são destaque no Fórum de Lisboa

..... Página 17



Empresas inclusivas constroem ambientes mais seguros, produtivos e humanos

..... Página 19



Sou Segura Summit: setor de seguros avança, mas desigualdade de gênero persiste

..... Página 21



Seguradoras do Brasil e Portugal enfrentam desafios crescentes com eventos climáticos

..... Página 22



Conselho Diretor CNseg

O Conselho Diretor da Confederação Nacional das Seguradoras se reuniu em 17 de julho para tratar dos seguintes assuntos, entre outros:

Notícias do Diretor-Presidente

Relator: Diretor-Presidente Dyogo Oliveira

- **Boas-Vindas:** dadas boas-vindas a André Nunes que assumiu a Diretoria de Relações Corporativas e Assuntos Sindicais da CNseg com a missão de otimizar as atividades administrativas, a gestão de recursos humanos, financeira e de materiais.
- **Fórum de Lisboa:** comentada a participação do Setor de Seguros no XIII Fórum de Lisboa, realizado no período de 30 de junho a 05 de julho de 2025.

Sustentabilidade

Relatores Convidados:

Diretores Cláudia Prates e André Vasco

Atualizados os projetos que integram o hub de inteligência climática do Setor de Seguros.

Assuntos Jurídicos

Relatora Convidada:

Diretora Executiva Glauce Carvalhal

Atualizadas, dentre outras, as informações sobre processos relevantes em pauta no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Assuntos Regulatórios

Relator Convidado:

Diretor Executivo Alexandre Leal

Atualizadas, dentre outras, as informações sobre solvência, open insurance e reforma tributária.

Assuntos das Federações



Relator: *Edson Franco*

Relatado, dentre outros assuntos, as estatísticas de planos de acumulação e de riscos (maio/2025).



Relator: *Raquel Reis*

Relatado, dentre outros assuntos, as estatísticas da saúde suplementar (maio/2025).



Relator: *Ney Dias*

Relatado, dentre outros assuntos, estatísticas de seguros gerais (maio /2025).



Relator: *Denis Moraes*

Relatado, dentre outros assuntos, as estatísticas de capitalização (maio /2025).

Comissões Temáticas

Ouvidoria (COV) / Relações de Consumo (CRC)

Presidentes: Silas Rivelle Jr.
- Unimed Seguradora (COV)
Maria Carolina de Oliveira
- Tokio Marine (CRC)

Coordenadora: Glauce Carvalho (CNseg)

Meio Remoto

Data: 03/07

Assunto tratado:

- > Análise e debate do material complicado sobre: FAQs - Revisão da Base de Dados de Reclamações de Ouvidorias - BDRO.

Administração e Finanças (CAF) / Assuntos Fiscais (CAFIS) Reunião conjunta extraordinária

Presidentes: Filipe Ribeiro Alves Ferreira
- Tokio Marine (CAF)
Fabiana Francisco de Miranda
- Zurich Santander (CAFIS)

Meio Remoto

Data: 04/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação do Programa de Capacitação em Reforma Tributária, preparado pela Escola Superior de Tributação de Brasília em parceria com a CNseg.

Diversidade, Equidade & Inclusão (CDIV)

Presidente: Rafaela Learte Mesquita (Zurich)

Meio remoto

Data: 08/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação ENS - Resultados do 5º Estudo Mulheres no Mercado de Seguros
- > Atualizações Dashboard + Próximos Passos Programa Diversidade em Foco;
- > Atualizações Pesquisa "Inclusão de pessoas trans no mercado segurador: atendimento, precificação e estruturação de produtos"; e
- > Implantação de Grupos de Afinidade: primeiros passos e troca de experiências.

Assuntos Jurídicos (CAJ)

Presidente: Eduardo D'Amato (HDI)

Coordenadora: Glauce Carvalho (CNseg)

Meio Remoto

Data: 09/07

Assuntos tratados:

- > Atualização. Decretos do IOF;
- > Atualização. OPIN;
- > Atualização. Processos julgados e pautados;
 - Processos julgados.
 - Tema 1203 – Seguro Garantia para suspensão da exigibilidade de créditos não tributários.
 - Processos pautados.
 - Tema 1263 – Oferta de Seguro Garantia para obstar o protesto e a inscrição do débito tributário no CADIN - 13/08/2025;
 - Tema 1316 – Obrigatoriedade do fornecimento de bomba de insulina para controle de glicose pelos planos de saúde - Audiência Pública em 18/08/2025.
- > Jurisprudência comentada;
- > Atualização. Lei nº 15.040/2024. Nova Lei dos Contratos de Seguro.
 - GT de Regulamentação da Lei;
 - Mesa Redonda – FGV Justiça.
- > Atualização. CLGPD. Tomada de Subsídios ANPD. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis – Dados Biométricos.

Processo e Tecnologia da Informação (CPTI)

Presidente: José Camilo Ciuffatelli (Tokio Marine)

Meio Remoto

Data: 10/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação de Soluções DISERV na prática; e
- > Atualizações SRO e OPIN.

Seguros Inclusivos (CSInc) – Reunião extraordinária

Presidente: Leonardo Lourenço (MAG)

Meio Remoto

Data: 10/07

Assunto tratado:

- > Apresentação Resultado Pesquisa CSInc nº 01/2025 + Próximos Passos.

Open Insurance (COPIN)

Presidente: Rachel Ferreira Bonel (Icatu Seguros)

Meio Remoto

Data: 10/07

Assuntos tratados:

- > Relato da reunião realizada com entre CNseg e Susep referente ao Ofício 20 e Parecer 13 da Susep em resposta a proposta de metodologia de testes; e
- > Atualização sobre discussão no âmbito da Estrutura Inicial.

Integração ASG (CIASG)

Presidente: Maria de Fátima Mendes de Lima (Mapfre)

Meio Remoto

Data: 11/07

Assunto tratados

- > Hub de Inteligência Climática do Setor de Seguros:
 - Relatório Anual;
 - Ferramenta de conformidade socioambiental para seguro rural;
 - Ferramenta de avaliação qualitativa de riscos (inundação);
- > Jornada do Setor de Seguros Rumo à COP30;
- > Taxonomia para Seguros Sustentáveis;
- > Relatório de Sustentabilidade de 2024; e
- > Casa do Seguro.

Assuntos Fiscais (CAFIS)**Reunião em conjunto com as Federações**

Presidente: Fabiana Francisco de Miranda (Zurich Santander)

Meio Remoto

Data: 11/07

Assuntos tratados:

- > Alinhamento prévio à reunião entre RFB e CNseg para tratar da Declaração de Regime Específico – DERE.

Assuntos Fiscais (CAFIS)**Reunião extraordinária**

Presidente: Fabiana Francisco de Miranda (Zurich Santander)

Meio Remoto

Data: 16/07

Assunto tratado:

- > Esclarecimentos e alinhamento de entendimentos sobre questões relacionadas a DERE.

Atuarial (CAT) / Gestão de Risco (CGR)**Reunião conjunta**

Presidentes: Marcos Vinícius Spiguel Coelho de Castro – Prudential (CAT)
Laurindo Lourenço dos Anjos - XS3 Seguros (CGR)

Meio Remoto

Data: 17/07

Assuntos tratados:

- > Aprovação da proposta revisada pelo GT de Solvência:
 - Proposta de ativo redutor; ou
 - Proposta de índice de cobertura.
- > Apresentação da Proposta de ativo realista (alternativa para PPNG); e
- > Validação de estratégia de atuação.

Relações de Consumo (CRC)

Presidente: Maria Carolina de Oliveira (Tokio Marine)

Coordenadora: Glauce Carvalhal (CNseg)

Meio Remoto

Data: 17/07

Assuntos tratados:

- > Presidência e composição da Comissão;
- > Novo BDR – Atualização;
- > SENACON - Plataforma Consumidor.GOV;
- > Ofício de Monitoramento SUSEP; e
- > Projetos de Lei Relevantes.

Integração ASG (CIASG) / Gestão de Risco (CGR) Reunião conjunta

Presidentes: Maria de Fátima Mendes de Lima
- Mapfre (CIASG)
Laurindo Lourenço dos Anjos
- XS3 Seguros (CGR)

Meio Remoto

Data: 18/07

Assuntos tratados

- > OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 9/2025/CGCON/DISUP/SUSEP - Questionário de Avaliação de Sustentabilidade - Aderência à Circular SUSEP 666, de 27 de junho de 2022.

Comunicação e Marketing (CCM)

Presidente: Tatiana Cerezer (Mapfre Seguros)

Meio Remoto

Data: 22/07

Assuntos tratados:

- > Próximo encontro Presencial CCM em agosto, na Prudential;
- > Workshop Jornalistas;
- > Evento preparatório em Belém; e
- > Publicações das Associadas no "Notícias do Seguro".

Inteligência de Mercado (CIM)

Presidente: Ana Paula Schmeiske (MAPFRE)

Meio Remoto

Data: 25/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação 1º Estudo sobre a Inovação no Mercado de Seguros, Saúde, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Brasil;
- > Relato GT Perfil do Consumidor; E
- > Relato GTs 2025 por membros dos GTs.

Assuntos Fiscais (CAFIS)

Presidente: Fabiana Francisco de Miranda
(Zurich Santander)

Meio Remoto

Data: 30/07

Assuntos tratados:

- > Reforma Tributária:
 - Análise dos efeitos e possíveis alternativas frente à exigência, apontada pela Receita Federal, de apresentação de Nota Fiscal ou DERE como condição para dedução, na base de cálculo, dos valores pagos a título de serviços de intermediação de seguros;
 - Atualizações e panorama geral;
- > Coleta de Subsídios [Pedido de inclusão da CNseg como membro no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF]; e
- > Mapeamento de Projetos de Leis para análise da CAFIS.

Recursos Humanos (CRH)

Presidente: Renato Ferreira Luzzi (Sul América)

Meio Remoto

Data: 30/07

Assuntos tratados:

- > Programadores: Futuro Seguro;
- > PL 6461;
- > CNSP Nº 476; e
- > CCT 2026.

Administração e Finanças (CAF)

Presidente: Filipe Ribeiro Alves Ferreira
(Tokio Marine)

Meio Remoto

Data: 31/07

Assuntos tratados:

- > Reforma Tributária;
- > IFRS 18 – CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis;
- > Reforma Tributária - Programa de capacitação;
- > Atualização sobre o CBPS;
- > CAF>PESQUISA: Pagamento de Franquia nas indenizações de perdas parciais;
- > Outros assuntos:
 - Circular Susep 678/2022 - Atualização sobre a elaboração de memorando; e
 - Assuntos em acompanhamento.

Diretoria FenSeg

A Diretoria da Federação Nacional de Seguros Gerais, sob a presidência de Ney Ferraz Dias, se reuniu às 9 horas de 3 de julho, de forma remota para tratar, entre outros, dos seguintes temas:

Palavra do Presidente

- Reunião do Conselho Diretor da CNseg.

Apresentações

- Análise sobre Risco Climático: Alagamento;
- Lei 15.040/2024 (Lei de Seguro): Atualização;
- Comissões Técnicas da FenSeg;
- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados (CRSNSP); e
- Demonstrações Contábeis.

Pauta Deliberativa

- Aprovação da Ata da Última Reunião da Diretoria da FenSeg;
- Planejamento Anual da FenSeg 2025;
- Aprovação de Novas Associadas; e
- Lei 213/2025 (Lei das Cooperativas e Associações de Proteção Patrimonial Mutualista).

Comissões

Riscos Patrimoniais Massificados (CRP)

Presidente: Jarbas Medeiros

Meio Remoto

Data: 01/07

Assuntos tratados:

- > GT RNS Patrimonial –Sinistros –DISERV;
- > Aprovação da Ata –Reunião de 03/06/2025;
- > Impactos operacionais relativos à adequação da nova Lei de Seguros (Lei n.º 15.040/2024);
- > Cobertura de Alagamento;
- > IP Residencial – 2024: início dos levantamentos; e
- > Reunião com Corpo de Bombeiros –Atualização.

Riscos Patrimoniais Grandes Riscos (CRP)

Presidente: Marcelo Gil Orlandini

Meio Remoto

Data: 04/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação do Mentor da Comissão de Riscos Patrimoniais – Grandes Riscos;

- > Nova Lei de Seguros – Impactos nas Operações das Seguradoras;
- > Assuntos em Andamento:
 - Projeto CNseg – Parceria com a SEPPI – Seguros em contratos de concessões e PPPs;
 - Curso de Inspeção de Riscos; e
 - Participação no evento Expo Incêndio, da Associação Brasileira de Sprinkler, que se realizará de 27 a 29 de agosto de 2025.

Transportes (CT)

Presidente: Marcos Siqueira

Meio Remoto

Data: 08/07

Assuntos tratados:

- > RNPA Transportes – Registro Nacional de Propostas e Apólices;
- > Cláusula de Inobservância do Preposto;
- > Status da Resolução 478/2024; e
- > GT – Questionário/Informações Importantes para a Subscrição de Riscos.

Riscos de Engenharia (CRE)

Presidente: Luciano Martins

Meio Remoto

Data: 10/07

Assuntos tratados:

- > Levantamento dos impactos operacionais – Lei de Seguros n.º 15.040/2024; e
- > Circular 620/2020.

Prevenção e Combate à Fraude (CPCF)

Presidente: Mapfre

Meio Remoto

Data: 16/07

Assuntos tratados:

- > Fraude com corretores;
- > Reporte mensal com a evolução dos trabalhos;
- > Critérios para RFP;
- > Relato do Consultor Jurídico;
- > Subcomissões:
 - Auto;
 - Patrimonial;
 - Danos Corporais;
- > COAF;
- > Evento bancos/telecons;
- > Evento Conexão Corporativa;
- > DAMAZ/PF; e
- > Reunião Presencial.

Seguro Rural (CSR)

Presidente: Glaucio Toyama

Meio Remoto

Data: 17/07

Assuntos tratados:

- > Sinistros de Eventos Climáticos;
- > Subvenção Federal;
- > Subvenção Paulista;
- > Minuta de Resolução SUSEP;
- > Reunião com a Fenacor;
- > Zarc Nível de Manejo;
- > Reunião com o Bacen; e
- > PL 260/2025.

Assuntos Jurídicos (CAJ)

Presidente: Eduardo D'Amato

Meio Remoto

Data: 18/07

Assuntos tratados:

- > Divulgação de Empresa que Garante Cobertura para Erros de Motoristas –Transportes: recomendações;
- > Consulta da Subcomissão da Central de Bônus sobre o TDO na Lei 15.040: entendimento sobre se o TDO se mantém em caso de renovação e endosso – sem previsão de transferência do bônus para a cessionária;
- > Home Equity–Comissão de Seguro Habitacional – Contratação de parecerista;
- > Controvérsia n.º 724 –Possibilidade de invocação do entendimento firmado no REsp n. 1.337.790/PR (Tema 578/STJ) em demanda que versa sobre a indicação de seguro garantia à penhora, sem a prévia existência de qualquer outro bem penhorado;
- > Ofício Circular Eletrônico n.º 1/2025/ SUPERINTENDENTE/SUSEP: esclarecimentos relacionados à Lei n.º 15.040 – Comentários;
- > Interdição de Residências pela Defesa Civil no RS – Acionamento do Seguro Habitacional;
- > Cobrança Indevida de IPVA e Bloqueio de Certidão Negativa pela Sefaz/SP –Atualização;
- > Vídeo de repercussão em mídia social – Câmara Municipal de São José do Rio Preto;
- > Ofício FenSeg n.º 15/2025 –Resposta ao Ofício n.º 03/2025: peças de reposição –Subcomissão Jurídica de Auto –Comentários; e
- > Ações Judiciais Oriundas de Negativas de Sinistros no RS –Mapeamento pela CAJ-FenSeg – Solicitação da Subcomissão de Sinistros Patrimoniais: agendamento de reunião.

Responsabilidade Civil Geral (CRCG)

Presidente: Fabio Barreto

Meio Remoto

Data: 18/07

Assuntos tratados:

- > Impactos operacionais relativos à adequação da nova Lei de Seguros (Lei 15.040/2024);
- > Análise da Lei de Cooperativas de Seguros e Associações de Proteção Patrimonial Mutualista (Lei Complementar 213/2025);
- > Webinar sobre Seguros Ambientais; e
- > Clausulados Específicos.

Seguro Rural (CSR) Reunião Extraordinária com o Ministério da Agricultura

Presidente: Glaucio Toyama
Meio Remoto
Data: 21/07

Assunto tratado:

- > Zarc Nível de Manejo.

Automóvel (CA)

Presidente: Jaime Soares
Meio Remoto
Data: 23/07

Assuntos tratados:

- > Tabela FIPE;
- > Aceitação do seguro condicionada a Instalação de rastreador;
- > Bônus;
- > SRO;
- > RCF-V; e
- > Sinistros.

Riscos de Crédito e Garantia (CRC&G)

Presidente: Ketlyn Stefanovic
Meio Remoto
Data: 25/07

Assuntos tratados:

Crédito:

- > PL n.º 6139/23 –Reunião MDIC em 25 de junho; e
- > Alívio de capital através do Seguro de crédito.

Garantia:

- > Aprovação da Ata n.º 05/2025;
- > Controvérsia n.º 724 –Possibilidade de invocação do entendimento firmado no REsp n.º 1.337.790/PR (Tema 578/STJ) em demanda que versa sobre a indicação de seguro garantia à penhora, sem a prévia existência de qualquer outro bem penhorado;
- > Lei de Seguros n.º 15.040/ 2024;
- > Atualizações:
 - Contratos de Obras e Concessões –Obrigações do Tomador Relativas à Reconstituição de Áreas Ambientais;
 - Minuta FAR/Caixa –Ajuste para envio à Caixa Econômica –Agendamento de reunião;
 - Programa de Execução de Obras Rodoviárias de Goiás –Seguro-Garantia com Cláusula de Retomada;
 - ANTT (Ferrovias) –Minuta de Apólice –Aguardando retorno;
 - ANTT Workshop Presencial –19 de Agosto –Atualização;
 - IBP –Garantias Financeiras de Descomissionamento; e
 - Atualização Reunião Goinfra–Aguardando retorno.

Diretoria FenaPrevi

A Diretoria da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – Fenaprevi, sob a presidência de Edson Luis Franco (Zurich), se reuniu no 16 de julho, de forma virtual, para tratar, entre outros, dos seguintes temas:

- ITCMD;
- OPIN;
- IOF;
- Atualização sobre a Lei 15.040/24 (Contratos de Seguros); v) ADI Crédito de Carbono I atualização;
- Estatísticas; e
- Assuntos Gerais.

Comissões

Assuntos Jurídicos (CAJ)

Presidente: Greicilane Ruas (Icatu)
Vice-Presidente: Clarissa Dias (Prudential)
Meio Remoto
Data: 07/07

Assuntos tratados:

- > Decreto nº 12.466/2025 – IOF;
- > Lei nº 15.040/2024 – Lei dos contratos de seguros;
- > Lei nº 14.803/2024 - Opção pelo regime de tributação;
- > Tema 1174 STF – Tributação de residentes no exterior;
- > Tema 1211 - Reajuste por faixa etária;
- > Resolução Conjunta CNSP/CMN nº 12/2024 - Garantia em operações de crédito; e
- > Agenda Legislativa; e
- > Invalidez por acidente.

Gestora do SIDE (CGSIDE)

Presidente: Maria Fernanda (Icatu)
Vice-Presidente: Rafael Araujo (Caixa Vida e Previdência)
Meio Remoto
Data: 08/07

Assuntos tratados:

- > Implementação MFA no SIDE;
- > Disponibilização mTLS em Homologação;
- > Renovação Certificado Digital em Agosto;
- > Homologação Recomposição Histórico de Reserva Individual; e
- > Indicadores de Performance Recomposição de Histórico de Reserva em Lote.

Atuarial (CAT)

Reunião extraordinária conjunta com as comissões Atuarial e de Gestão de Riscos da CNseg

Presidente: Nelson Costa (MAG)
Vice-Presidente: Victor Braga (Prudential)
Meio Remoto
Data: 17/07

Assunto tratado:

- > Aspectos relacionados à solvência

Diretoria FenaSaúde

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Saúde Suplementar, presidida por Raquel Reis, ocorreu no dia 10 de julho, quando foram tratados os seguintes assuntos:

- Temas Jurídicos;
- Temas Regulatórios;
- Comunicação.
- Temas Institucionais;
- Relações Governamentais;

Comissões

Técnica (CTEC)

Presidente: Luis Filipe Brandão (Bradesco Seguros)

Meio Remoto

Data: 01/07

Assuntos tratados:

- > Proposta de revisão técnica (CP 145) – apresentação do Professor Eduardo Fraga (UERJ).
- > Índice de Reajuste dos Planos Individuais (IRPI) – discussão do índice anual e da metodologia do reajuste.
- > IN 36/2024 – atualização.
- > RN 623/2024 – atualização.
- > Monitoramento da Garantia de Atendimento - devolutiva sobre cálculo do monitoramento.

Avaliação de Tecnologias em Saúde (CATS)

Presidente: Mauro de Paula Blini (Bradesco Saúde)

Meio Remoto

Data: 02/07

Assuntos tratados:

- > Tecnologias da CONITEC: atualizações;
- > ANVISA e FDA: Novos registros;
- > Elevidys: atualização; e
- > Desincorporação Crizotinibe pós Conitec.

Prevenção e Combate à Fraude (CPCF)

Presidente: Anderson Mendonça (Bradesco)

Meio Remoto

Data: 02/07

Assuntos tratados:

- > Caso de Fisioterapia na Bahia – atualização;
- > Sistema de Intercâmbio de Informação de Saúde (SIIS) – status do projeto de implementação;

- > Caso OPME - apresentação do levantamento realizado;
- > Grupos de trabalho – status dos GTs de Rede e Reembolso e apresentação do levantamento realizado;
- > Fraudes em Fintechs – atualização;
- > Litigância Abusiva – atualização;
- > Caso Fantástico – atualização; e
- > Febraban – atualização.

Assistencial (CASS)

Presidente: Roberto Viana (Porto Seguro)

Meio Remoto

Data: 08/07

Assuntos tratados:

- > Resposta da ANS ao ofício dos Transplantes Multiviscerais;
- > Tema Repetitivo 1340 – Home care;
- > Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – Suits;
- > Priorização dos Nomes Técnicos Adequados à GMDN – Global Medical Device Nomenclature; e
- > CP 1330 CMED.

GT COPISS

Coordenador: Jansen N. Pereira

Meio Remoto

Data: 11/07

Assuntos tratados:

- > GT Tabela 38;
- > GT Segurança e Privacidade;
- > COPISS Coordenador, em 26/06/25:
 - Programa Modelos de Remuneração Baseados em Valor;
 - Monitoramento do envio dos dados da versão 4;
 - Encaminhamento GTs realizados; e
 - Informes.

Contábil (CCONT)

Presidente: Alberto Miranda (Bradesco Saúde)

Meio Remoto

Data: 15/07

Assuntos tratados:

- > Novo painel da ANS sobre despesas judiciais (dados via contas contábeis);
- > Informes:
 - Reconhecimento contábil no modelo de capitation – demanda GT COPISS; e
 - Reforma Tributária: Início do projeto piloto da CBS.

Comunicação e Marketing (CCOM)

Presidente: Renata Ucha (Seguros Unimed)

Meio Remoto

Data: 17/07

Assuntos tratados:

- > Apresentação Agência LIFE;
- > Workshop de Comunicação da FenaSaúde sobre TEA; e
- > Avaliação de posicionamento sobre reajuste de plano individual.

Odontologia (CODONT)

Presidente: Roberto Cury

Meio Remoto

Data: 22/07

Assuntos tratados:

- > GT de Prestadores – Report de Odontologia;
- > Estudo de Odontologia;
- > Atualização da Reunião Técnica com a DIPRO – Proposta de DUT; e
- > Campanhas da Comunicação – Julho Neon.

FenaSaúde/Abramge/ Unimed do Brasil/Unidas – 7ª Reunião Extraordinária Conjunta 2025

Presidente: Mauro de Paula Blini (Bradesco Saúde)

Meio Remoto

Data: 25/07

Assuntos tratados:

- > Incorporação Implanon – Conitec;
- > Propostas de atualização do Rol:
 - UAT 160 – Implante de válvula aórtica transcaterter (TAVI) para tratamento da estenose valvar aórtica grave, em pacientes com risco cirúrgico baixo, em primeira linha;
 - UAT 166 – Dupilumabe para tratamento de pacientes com DPOC;
 - UAT 170 – IMRT para tratamento de pacientes adultos com tumores de reto; e
- > Elegibilidade de medicamentos para incorporação no Rol da ANS.

Jurídica (CJUR)

Presidente: Fabiano Catran (Seguros Unimed)

Meio Remoto

Data: 25/07

Assuntos tratados:

- > GT Senacon – Rescisão de contratos – atualização;
- > Exigência de inscrição no CNES – atualização;
- > IN 36/2024 – atualização;
- > Demais temas:
 - Tema repetitivo 1295 (Cobertura de terapias multidisciplinares para beneficiários com transtornos globais de desenvolvimento) – atualização.
 - Tema Repetitivo 1316 (Cobertura de bomba de insulina) – atualização.
 - Tema Repetitivo 1340 (Cobertura de home care) – avaliação e deliberação.
 - Tema Repetitivo 1365 (Dano moral in re ipsa) – atualização.
- > IRDR TJ/PA – Cobertura de trajés terapêuticos- atualização;
- > Representação OAB – Litigância abusiva – avaliação e deliberação; e
- > Espaço Migalhas – atualização.

Participação da FenaSaúde em eventos

XIII Fórum de Lisboa

Tema: Judicialização de Terapias Avançadas

Palestrante: Raquel Reis

Data: 03/07/2025

Diretoria FenaCap

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Capitalização, presidida por Denis Moraes, ocorreu no dia 16 de julho, quando foram tratados os seguintes assuntos:

Palavra do presidente

- O Sr. Denis Moraes apresentou os principais temas em andamento no setor de capitalização. Entre eles, destacou a mudança legislativa que aumentou a alíquota da CSLL, o avanço do projeto relacionado à Resolução nº 12 em parceria com a Fenaprevi, e a atuação da FenaCap na promoção da educação financeira. Também abordou a participação da federação na revisão das normas de solvência e cobertura de reservas, além da discussão no Ministério da Fazenda sobre a inclusão dos títulos de capitalização como instrumento para redução da exigência de capital baseado em risco pelas instituições financeiras.

Reflexão estratégica

- COP 30 – Casa do seguro/sustentabilidade: A Sra. Leila Pontes, Superintendente de eventos da CNseg, fez uma apresentação sobre a Casa do Seguro, um projeto que será implementado em Belém do Pará, nas proximidades do pavilhão da COP30. O espaço funcionará como um Hub de negócios e conteúdo, promovendo o setor de seguros como agente estratégico na agenda climática.
- Manual técnico de Capitalização – SUSEP: Foram apresentados os principais temas discutidos com a Susep, incluindo o uso de imagens em publicidade, gestão das denominações comerciais, vedação à titularidade por empresas do mesmo grupo econômico, uso do termo “reinvestimento”, aquisição de títulos por distribuidores e terceirização de sorteios. O setor segue em diálogo com o regulador, buscando soluções técnicas e maior alinhamento institucional.
- PPP's e Concessões: O Sr. Natanael Castro destacou os avanços do grupo de trabalho estratégico da Diretoria da FenaCap, que estuda o uso da capitalização como garantia em licitações, PPPs e concessões. A iniciativa integra um projeto mais amplo da CNseg e da Fenseg, com apoio técnico da EY e do escritório Mattos Filho, e resultará na elaboração de um guia técnico a ser lançado durante a COP30.

Deliberação

- Aprovação da Ata da Diretoria Nº 06/2025 de 18/06/2025.

Conhecimento

- Planejamento estratégico e PDMS
 - O Sr. Natanael Castro apresentou os pilares objetivos e iniciativas em andamento, além de destacar pontos importantes sobre o planejamento estratégico e PDMS.
- Apresentação de Comissões técnicas
 - > Relato CAF: O Sr. Jairton abordou o tema da Declaração Eletrônica de Regime Específico (DERE), no âmbito da Reforma Tributária, destacando pontos relevantes sobre sua implementação e exigências associadas.
 - > Relato CPC/CAT/CTI: O Sr. Célio Lima, novo presidente da Comissão de Produtos, Atuarial e de Tecnologia, destacou a importância da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) e do fortalecimento da relação com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como temas estratégicos para acompanhamento pela Diretoria.
 - > Relato CAJ/CCI: A Dra. Simone Moregola apresentou um relato sobre a reunião realizada com a Susep para tratar do Manual Técnico de Capitalização, bem como os projetos de Lei analisados pela comissão.
- Demonstração de Resultado – junho/2025: Foi apresentada a receita e despesas da Federação de junho de 2025.
- Dados estatísticos do mercado de Capitalização – maio/2025: Os dados estatísticos de maio/2025 foram apresentados a Diretoria.
- Atas comissões técnicas: Foi dado conhecimento dos assuntos discutidos nas comissões técnicas da FenaCap.

Comissões

Comunicação (CCOM)

Presidente: Roberta Monteiro
(BrasilCap Capitalização)

Meio remoto

Data: 10/07

Assunto Tratado:

- > Apresentação do Relatório Mensal das Assessorias.

Produtos, Atuarial e de Tecnologia (CPC/CAT/CTI)

Vice-Presidente: Renato Arena
(Bradesco Capitalização)

Meio remoto

Data: 10/07

Assuntos Tratados:

- > Eleição do novo Presidente;
- > Ofício Presi FenaCap nº001/25 / Manual Técnico de Títulos de Capitalização;
- > Resolução nº12 – Atualização;
- > Garantia em Licitações e PPP's;
- > Aumento da CSLL;
- > COP 30;
- > Projeto DataCap;
- > Ofício Circular Eletrônico nº 4/2025 – BDRO; e
- > Ofício Circular Eletrônico nº 9/2025 – Questionário de Avaliação de Sustentabilidade.

Jurídica e Controles Internos (CAJ/CCI)

Presidente: Simone Ayub Moregola
(Liderança Capitalização).

Meio remoto

Data: 14/07

Assuntos tratados:

- > Report – PL's:
 - PL (CD) N° 2411/2025;
 - PL N° 273/2025;
- > Report – Reuniões Susep e FenaCap;
- > Cessionário na modalidade Incentivo; e
- > Termo de Compromisso SCD (Sistema Coletor de dados da FenaCap).

Administração e Finanças (CAF)

Presidente: Jairton Cardoso Guimaraes
(BrasilCap Capitalização)

Meio remoto

Data: 25/07

Assuntos tratados:

- > Reforma Tributária; e
- > IFRS 18.

Notícias

CNseg em Anfavea debatem soluções para desafios climáticos no Brasil

Em meio a um cenário de transformações tecnológicas aceleradas e eventos climáticos cada vez mais extremos, os setores de seguro e automotivo no Brasil buscam unir forças para enfrentar os desafios de agora, que vão refletir no futuro.

Em 30 de julho, na sede da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em São Paulo, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, e o presidente da Anfavea, Igor Calvet, debateram as oportunidades e os obstáculos para que essas indústrias, tão interligadas, possam se adaptar às mudanças climáticas e à revolução da mobilidade.

Dyogo Oliveira reforçou a importância do setor automotivo, que representa cerca de 30% do mercado de seguros no país, mas destacou a baixa penetração da proteção na frota brasileira. “Menos de 30% dos veículos estão segurados e, entre os financiados, menos de 50% saem com seguro.”

Um desafio adicional, segundo ele, está na eletrificação dos veículos. “Os carros elétricos têm um aumento de sinistros [risco previsto em contrato] de 20% a 30%, principalmente por perdas totais, devido à fragilidade das baterias e dos componentes eletrônicos.” Além do custo, surge a questão do descarte dos veículos sinistrados eletrificados, um problema ambiental e logístico que ele chamou de “um desafio para a indústria”.

Outro foco do debate foi o impacto das mudanças climáticas no mercado de seguros. Dyogo Oliveira afirmou que a volatilidade do clima virou o “novo normal”, com secas severas se alternando com grandes enchentes. Ele citou o exemplo de Porto Alegre onde 20 mil veículos foram alagados em poucos dias em 2024, um cenário sem precedentes que “desestabiliza os modelos tradicionais de precificação de risco, baseados em dados históricos”. Segundo ele, “isso impacta diretamente o negócio de seguros.”



Além de desafios, a baixa cobertura de seguro frente às perdas climáticas representa uma grande oportunidade. “Em Porto Alegre, apenas 6% das perdas econômicas por enchentes foram cobertas por seguro, muito abaixo da média mundial”, alertou Dyogo. Setores como o agronegócio também sofrem com baixa cobertura, com apenas 5% da área agrícola protegida, além de residências e pequenas empresas, que permanecem vulneráveis. A negligência em seguros para infraestrutura pública — rodovias, ferrovias e portos — foi outra preocupação destacada, colocando em risco a logística e a economia do país.

“O diálogo com o setor de seguros está se aprofundando e é fundamental para compreendermos juntos os desafios do seguro automotivo”, afirmou Igor Calvet. Para o executivo, a transformação da indústria automotiva, marcada pela eletrificação crescente e pelos avanços em tecnologia como a autonomia veicular, altera completamente o contexto do mercado.

“Há uma interseção muito grande entre os segmentos do setor de seguros e o nosso mercado, que precisa ser explorada”, apontou. Calvet enfatizou a necessidade de “exercício de disciplina para analisar dados, evoluir em regulamentação e mercado, colocando a sustentabilidade no centro da agenda comum.”

Os dois executivos também destacaram a relevância da presença ativa dos setores automotivo e securitário nas Conferências do Clima (COPs). Dyogo pontuou que até a COP29, o seguro não era mencionado nessas reuniões. “Mas estamos trabalhando para mudar isso, porque o seguro é

ferramenta essencial para adaptação aos riscos climáticos.”

E o emblema desse esforço é a “Casa do Seguro”, iniciativa inédita da CNseg para criar um centro de discussões entre o mercado securitário e os demais setores da economia, como o automotivo, na COP30, que será realizada em novembro, em Belém, uma das capitais da Amazônia.

Segundo Claudia Prates, diretora de sustentabilidade da CNseg, a “Casa do Seguro” é uma plataforma dedicada a mostrar o papel estratégico do setor segurador na transição climática e na proteção social. A executiva explicou que vários fóruns serão realizados no espaço em temas como adaptação climática, finanças sustentáveis, infraestrutura resiliente e seguros para agronegócio e riscos climáticos.

Ela detalhou outros avanços técnicos em desenvolvimento, como o Hub de Riscos Climáticos, plataforma que irá integrar dados ambientais e socioambientais para auxiliar seguradoras na percepção e na mitigação de riscos. “Queremos construir um relatório robusto dos impactos climáticos no setor segurador brasileiro, para informar e orientar decisões futuras.” Cláudia reforçou ainda a construção de uma taxonomia sustentável para balizar a atuação do setor e sua interlocução com o governo. “Seguros sustentáveis incluem a cadeia automotiva e o manejo dos veículos salvados, temas centrais da agenda que construímos.”

Calvet reforçou a importância do esforço conjunto para garantir que o setor privado esteja nas decisões de políticas climáticas. “O alinhamento de indústria automotiva e seguradoras traz mais peso e conhecimento para essa pauta tão urgente.”

Apesar do ceticismo de Dyogo quanto ao avanço nas metas globais de redução de emissões, especialmente diante das incertezas nas negociações internacionais, ele crê que a agenda de adaptação será a prioridade na COP30, pois o estágio atual das mudanças climáticas é uma realidade irreversível. Para ele, o Brasil não pode esperar. “Temos que estar presentes, ativos e prontos para oferecer soluções que transformem riscos em oportunidades.”

Igor Calvet resumiu o sentimento: “estamos diante de uma agenda comum, e a parceria deve se aprofundar, porque os desafios são grandes, mas as oportunidades, muito maiores.” Dyogo Oliveira encerrou com um convite à ação. “Só com diálogo, inovação e articulação poderemos garantir a sustentabilidade, a resiliência e o crescimento do setor automotivo e do mercado de seguros no Brasil.”

O encontro também contou com a participação do presidente da FenSeg, Ney Ferraz Dias.

Sobre a Casa do Seguro

A Casa do Seguro estará situada em local muito próximo ao espaço oficial da COP30. Além da programação de conteúdo, promoverá iniciativas de responsabilidade social, prestigiando a economia e a mão de obra locais. O projeto é ambientalmente responsável e foi desenvolvido dentro dos conceitos de evento neutro e resíduo zero, prevendo ainda uso eficiente de água e energia.

Com o apoio de seus empoderadores – **Allianz, AXA, MAPFRE, Marsh, Porto, Prudential, Tokio Marine e Marsh McLennan** – a Casa funcionará em 1,6 mil m² de área útil, acomodando plenária com 100 lugares, seis salas de reunião, business lounges, estúdio para gravação de podcasts, sala de imprensa, espaço de convivência e área para exposições artísticas e apresentações culturais.

Na programação, destacam-se:

- > Debates e painéis temáticos;
- > Fóruns em parceria com entidades setoriais, organizações internacionais e contrapartes estrangeiras da CNseg;
- > Reuniões bilaterais;
- > Apresentação de produtos e serviços; e
- > Atividades culturais.

Alguns eixos vão pautar a agenda da Casa do Seguro, como a proteção social e dos investimentos, as finanças sustentáveis, a infraestrutura resiliente, a inteligência climática, seguros & agronegócio, a descarbonização da frota brasileira e como os seguros podem auxiliar no desenvolvimento industrial mais sustentável.

Bancos de fomento e setor segurador são pilares da transição energética, dizem especialistas no Fórum de Lisboa

Painel destaca papel estratégico do BNDES e defende financiamento de longo prazo para viabilizar projetos sustentáveis no Brasil



A combinação entre financiamento público de longo prazo e mitigação de riscos por parte do setor segurador é o caminho mais promissor para viabilizar a infraestrutura necessária à transição energética no Brasil. Essa foi a conclusão do painel “O Papel dos Bancos de Desenvolvimento no Financiamento à Infraestrutura e Transição Energética”, realizado no XIII Fórum Jurídico de Lisboa.

Para o diretor de Relações Institucionais da CNseg, Esteves Colnago, que mediou o debate, não há como pensar em desenvolvimento sustentável no país sem o protagonismo do BNDES e demais bancos de fomento. “Mesmo com a forte evolução do mercado de capitais, o BNDES continua sendo uma fonte indispensável. Ele é quem dá o selo de qualidade aos projetos. E não se pode esquecer do papel estratégico do setor segurador para mitigar riscos em um cenário de empresas menores e menos capitalizadas”, afirmou.

Colnago ainda chamou atenção para os impactos da crise climática sobre os estados que hoje puxam o crescimento do país, como Mato Grosso, Tocantins e Piauí, todos dependentes do agronegócio. “Esses estados estão enfrentando aumento de temperatura e redução de disponibilidade hídrica. O desafio é enorme e só será possível superá-lo com apoio estruturado dos bancos de desenvolvimento e mecanismos de seguro”, acrescentou.

O presidente da Associação Nacional dos Refinadores Privados (Refina Brasil), Evaristo Pinheiro, defendeu uma atuação mais estratégica dos bancos de fomento para impulsionar setores em que o Brasil tem reais condições de

liderança global, como o biorrefino e os biocombustíveis avançados. “O Brasil não liderará a pauta de baterias. Mas pode ser líder em biomassa. E para isso, precisamos de uma cadeia de financiamento robusta. Um único projeto de biorrefino pode custar até R\$ 13 bilhões. Não há mercado que banque isso sozinho”, alertou.

Pinheiro destacou ainda que os bancos de fomento não devem ser usados para compensar falhas regulatórias ou desequilíbrios macroeconômicos, mas sim para “cobrir lacunas reais de mercado, estruturando projetos, atraindo fornecedores e articulando o financiamento internacional com juros mais baixos e prazos adequados”.

O diretor jurídico da Zurich Brasil, Washington da Silva, reforçou que o Brasil tem uma oportunidade única de conjugar a transição energética com a superação de déficits históricos de infraestrutura. “Somos um país de desenvolvimento tardio. Nunca completamos nossos ciclos. Mas agora temos a chance de alinhar a agenda climática com o avanço da infraestrutura básica”, afirmou.

Segundo o executivo, o papel dos bancos de fomento é central, mas precisa estar aliado à atração do capital privado por meio de instrumentos híbridos, como green bonds, fundos climáticos e plataformas de adesão voluntária. “O financiamento climático só será efetivo se incluir elementos de justiça social. Não há transição energética sem considerar os impactos sociais, especialmente em um país tão desigual como o nosso”, concluiu.

O advogado e professor da FGV, Felipe de Paula, defendeu a ampliação do uso do seguro no Brasil

como instrumento essencial ao desenvolvimento e à transição energética. Segundo ele, o país ainda engatinha em práticas já consolidadas em outras economias. “Nos Estados Unidos, desde 1935, com o Miller Act, exige-se seguro de 100% para obras públicas. No Brasil, só agora passamos de 10% para 30%. Ninguém investe em algo que pode ficar inacabado”, afirmou.

Ele também apontou limitações operacionais da nova lei de seguros, que entra em vigor em dezembro. “A lei estabelece 25 dias para aceitação de riscos, o que é inviável para projetos bilionários que exigem análise técnica detalhada e negociação com resseguradoras internacionais. Para riscos complexos de infraestrutura ou ambientais, esse prazo precisa ser estendido”, alertou.

Na mesma linha, a diretora jurídica do BNDES, Paula Saldanha, ressaltou que o banco vem investindo em estruturas jurídicas e financeiras capazes de ampliar a segurança para atração de capital privado e internacional. “Não há transição energética sem atuação estratégica e coordenada. O BNDES é hoje o maior financiador de energia limpa do mundo, com R\$ 36,4 bilhões financiados nos últimos 20 anos”, afirmou.

Paula lembrou que a atuação do banco vai além do financiamento. “O papel das seguradoras na reconstrução do Rio Grande do Sul foi fundamental onde houve cobertura. E nós estivemos lá, mas faltavam estruturas prévias. Agora temos um escritório permanente na região para apoiar essa reorganização econômica, que é também social”, disse.

Ela também destacou a liderança brasileira na pauta verde e azul. “Além da matriz elétrica com 90% de fontes limpas, o Brasil tem uma oportunidade ímpar de liderar a agenda ambiental global. O BNDES se posiciona como uma plataforma verde — e agora também azul, com ações voltadas à recuperação dos oceanos”, concluiu.

Confira abaixo o balanço do diretor da CNseg sobre o painel.



Resiliência e mercado de seguros são destaque no Fórum de Lisboa

Setor é pilar para enfrentar riscos climáticos e fortalecer economia

No painel “Resiliência e Mercado de Seguros no Contexto Global”, realizado no XIII Fórum de Lisboa, especialistas e autoridades reforçaram a importância do mercado segurador como instrumento estratégico para mitigar os crescentes riscos climáticos, sanitários, cibernéticos e geopolíticos, ao mesmo tempo em que destacaram desafios regulatórios e de educação financeira no Brasil. O debate, mediado pelo senador Laércio Oliveira, evidenciou a necessidade de um ambiente jurídico sólido, maior participação do seguro na



economia e o papel do setor na construção de uma economia mais resiliente e sustentável.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, abriu o painel ressaltando a urgência de estruturar um sistema nacional robusto de seguros contra catástrofes climáticas, diante da intensificação dos eventos extremos, como já acontece em países como México, França e Chile e reforçou a >

- > importância de incluir o seguro no planejamento de infraestrutura pública.

“O Brasil deixou de ser apenas um país de baixo risco climático. Hoje enfrentamos, em média, quatro eventos extremos por dia, e grande parte dessas perdas não está segurada. Isso é um alerta claro de que precisamos estruturar urgentemente um sistema nacional de proteção contra catástrofes”, afirmou.

Oliveira também lembrou que a indústria seguradora vai além da indenização: ela contribui para a prevenção de riscos e a construção de soluções mais sustentáveis. Segundo ele, é preciso transformar a atual emergência climática em um “plano de ação” que envolva governos, empresas e cidadãos, tendo o seguro como pilar estratégico da adaptação climática — tema que será levado à COP30 no Brasil.

“O seguro não é só uma ferramenta de indenização. É também um instrumento de prevenção, adaptação e reconstrução — e deve ser um dos pilares do plano de ação que o Brasil precisa construir diante da emergência climática.”

Rafael Furlanetti, presidente da ANCOR e executivo da XP, apontou a baixa penetração do seguro no Brasil, ligada à insuficiente educação financeira. “Seguro é um mitigador de risco e um investimento de longo prazo. Quando a população entende isso, o país ganha em vários aspectos — desde uma maior proteção individual até o fortalecimento da poupança interna, que sustenta projetos e reduz vulnerabilidades econômicas.”

Furlanetti destacou que somente dois em cada dez brasileiros possuem seguro de vida, contra sete em dez nos Estados Unidos, ressaltando o potencial de crescimento do setor.

O diretor jurídico do BNDES, Walter Baere, reforçou a importância do seguro de crédito à exportação para a competitividade brasileira. “Não existe seguro sem sinistro. O que não podemos aceitar é que eventos pontuais sejam usados para destruir uma ferramenta que funcionou bem por décadas, gerou empregos e fez da indústria brasileira uma referência global.”

O executivo do banco estatal defendeu um mercado de seguros maduro, com múltiplos atores, e destacou a necessidade de ampliar o apetite do setor privado, complementado pelo Fundo Garantidor de Exportação, para fortalecer setores estratégicos, como o de engenharia de alta complexidade.

Segurança jurídica e a estabilidade regulatória

Para a diretora jurídica da Bradesco Seguros, Cláudia Heck, a segurança jurídica é imprescindível para o desenvolvimento sustentável do setor. “A formação para o desenvolvimento sustentável exige um ambiente de segurança jurídica, que favoreça decisões de longo prazo essenciais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.”

Cláudia Heck reforçou o compromisso do setor com a promoção de soluções sustentáveis e antecipou o papel estratégico da Casa do Seguro, iniciativa da CNseg que será realizada durante a COP30, em Belém. Segundo ela, o espaço será um ponto de convergência entre seguradoras, autoridades e sociedade civil, com o objetivo de posicionar o seguro como instrumento central da resiliência climática e da proteção social no Brasil e no mundo.

“A Casa do Seguro será um marco para o setor na COP30, consolidando o seguro como ferramenta essencial para a adaptação climática, a proteção da sociedade e o desenvolvimento sustentável.”

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Sérgio Domingues, destacou a capacidade de resiliência como competência essencial diante dos riscos crescentes no mundo atual e elogiou a nova Lei 14.430/2022. “Essa lei traz previsibilidade e transparência, dois pilares fundamentais para aumentar a confiança nos agentes econômicos e tornar o ambiente regulatório mais robusto. Não se trata de eliminar os riscos, mas de oferecer clareza sobre o que pode e o que não pode ser feito em um contrato de seguro.”

O ministro chamou atenção para o fato de que 83% dos municípios brasileiros tenham sido afetados

por desastres naturais nesta década, ampliando os desafios jurídicos e financeiros para o setor.

O debate reforçou a importância do diálogo contínuo entre governos, setor privado e sociedade

para construir um ambiente mais resiliente e sustentável, no Brasil e globalmente, reconhecendo o papel central do seguro como instrumento de proteção social e econômica diante das transformações do século XXI.

Confira o depoimento do presidente da CNseg sobre a importância do mercado segurador para uma sociedade resiliente.



Rafael Furlanetti fala sobre a importância do seguro como proteção econômica e social.



Empresas inclusivas constroem ambientes mais seguros, produtivos e humanos

Webinar organizado pela CNseg debateu o papel das empresas

A CNseg promoveu, no dia 1º de julho, o webinar “Orgulho e inclusão LGBTQIA+: o papel das empresas engajadas”, reunindo especialistas e líderes do setor para debater estratégias corporativas voltadas à diversidade, equidade e inclusão das pessoas LGBTQIA+. O evento foi moderado por Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, e teve como convidados o jornalista e roteirista Yuri Fernandes, a diretora de Riscos da Zurich LATAM Patricia Penhalber e o superintendente de Pessoas e Cultura da Youse Seguros Regis Oliveira.

Logo na abertura, Claudia destacou que a CNseg publica anualmente, desde 2012, o Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros, que conta com uma seção específica sobre a agenda DEI no setor segurador. Além disso, a Confederação lançou duas edições do Guia do Nome Social,



a última com informações sobre a obrigatoriedade de as seguradoras incluírem o campo nome social em seus instrumentos contratuais, na forma determinada pela Susep.

Discriminação ainda é realidade no ambiente corporativo

Yuri Alves Fernandes apresentou dados contundentes sobre os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ no mercado de trabalho. De acordo com pesquisa da consultoria Santo Caos, de 2022, com 20 mil trabalhadores:

- > 65% dos profissionais LGBTQIA+ já sofreram discriminação no trabalho, de acordo com pesquisa da consultoria Santo Caos, de 2022, com 20 mil trabalhadores;
- > O índice sobe para 72% entre pessoas bissexuais e 86% entre pessoas trans;
- > Apenas 4% das pessoas trans têm acesso ao mercado de trabalho formal, segundo a Associação Nacional de Trans e Travestis (Antra); e
- > Apenas 32% dos países oferecem proteção legal contra discriminação por orientação sexual no emprego e esse índice cai para 10% quando se trata de identidade de gênero, de acordo com a World Policy Analysis Center, de 2020.

“Contratar não é incluir”, reforçou Yuri, ao apresentar o caso da influenciadora trans Alina Durso, contratada para representar diversidade numa grande marca de moda, mas vítima de transfobia no ambiente interno. Em contraste, ele citou o exemplo positivo de Vic Marchiori, head de Aprendizagem da CI&T, que realizou sua transição de gênero com apoio da empresa.

Diversidade como valor estratégico

Além de uma pauta ética, a inclusão é cada vez mais reconhecida como um diferencial competitivo. Yuri trouxe um estudo de Harvard que avaliou 1.700 empresas em 8 países, revelando que aquelas com políticas inclusivas têm:

- > 36% mais chances de superar concorrentes;
- > 70% mais chances de atingir novos mercados; e
- > 60% mais chances de apresentar melhor desempenho financeiro.

Segundo ele, times diversos são mais criativos, inovadores e eficazes na resolução de problemas, pois reúnem múltiplas vivências e perspectivas.

Zurich e Youse compartilham boas práticas

Patricia Penhalber, da Zurich LATAM, relatou sua trajetória pessoal como mulher lésbica em cargos

de liderança e destacou o trabalho do grupo de afinidade Pride da empresa, ativo desde 2017. A Zurich Seguros Brasil foi reconhecida pela GPTW como uma das melhores empresas para se trabalhar, sendo a seguradora mais bem colocada no ranking geral.

Ela descreveu uma vivência marcante: uma dinâmica com aliados não LGBTQIA+ simulando realidades de aceitação ou rejeição social, um exercício de empatia que provocou reflexões profundas.

Já Regis Oliveira compartilhou a estratégia da Youse, que estabelece metas concretas de diversidade e aplica censos internos anuais e “pulsos de clima” quinzenais. A empresa mantém uma meta de 15% de representatividade LGBTQIA+ e capacita lideranças para lidar com vieses inconscientes e promover a equidade no recrutamento e desenvolvimento profissional.

“Diversidade é quando se convida para a festa. Inclusão é quando se chama para dançar”, sintetizou Regis.

Compromisso contínuo

O evento reforçou que ações pontuais não são suficientes. Para gerar transformações concretas, é preciso adotar políticas estruturadas, investir em formação, garantir saúde igualitária e ouvir ativamente os colaboradores.

Como concluiu Yuri Fernandes: “Ser quem somos não tem preço. Viver uma mentira nos enlouquece. Precisamos ser inteiros – em casa, na rua e também no trabalho.”

Confira abaixo o webinar na íntegra.



Sou Segura Summit: setor de seguros avança, mas desigualdade de gênero persiste

“Entre as seguradoras brasileiras participantes do último Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros, produzido anualmente pela CNseg, apuramos que 53% dos funcionários são mulheres, 40,4% promovem ações visando a formação de novas lideranças femininas e 84,6% delas adotam práticas de promoção da diversidade e não discriminação. Entretanto, os homens ainda ganham, em média, 31,5% a mais que as mulheres”, afirmou a superintendente de Relações de Consumo e Sustentabilidade da CNseg, Luciana Dall’Agnoll, em sua participação no painel “ESG em foco: Lideranças Setoriais em Movimento para um Mercado mais Inclusivo”, do Sou Segura Summit, realizado em 24 e 25 de junho, em São Paulo.



Luciana também destacou que a CNseg lançará em breve um programa setorial voltado, entre outras finalidades, para o aumento da participação de mulheres em cargos de liderança. “Mais do que mensurar, queremos mover o ponteiro, criando condições reais para que mais mulheres acessem e permaneçam nos espaços de gestão e tomada de decisão”, afirmou.

Além disso, ela apresentou ações voltadas à população feminina consumidora dos produtos seguros, amplamente divulgadas durante evento realizado em março pela Confederação, sobre o poder de compra das mulheres e a criação de produtos mais aderentes às suas necessidades, bem como outras iniciativas para a inclusão social e financeira da população residente em comunidades periféricas, incluindo mulheres empreendedoras,

por meio da ampliação do acesso a produtos de seguros inclusivos e microsseguros.

O painel também contou com a participação do superintendente da Susep, Alessandro Octaviani; da diretora de Infraestrutura de Mercado e Supervisão de Conduta da autarquia, Júlia Lins; da presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber), Rafaela Barreda; e da corretora de seguros Simone Fávoro, que representou a Fenacor.

Rafaela Barreda defendeu que a diversidade seja utilizada como um instrumento para acelerar a inovação e a criatividade no setor de seguros. “Pessoas que não sentem a necessidade na própria pele não podem criar uma solução para o que não conhece”, argumentou.

O superintendente da Susep admitiu que ainda há muito o que fazer em termos de inclusão no mercado. Para ele, uma luz no fim do túnel pode ser a chegada de novos atores ao mercado, como as associações de proteção patrimonial. “Essas associações têm origem social mais diversa e podem trazer a pluralidade que precisamos”, pontuou Octaviani.

Já Júlia Lins se mostrou entusiasmada com o que viu e ouviu nas reuniões do grupo de trabalho que discutiu, em 2024, uma política nacional de acesso ao seguro (“PNAS”). “Queríamos ouvir o mundo real e convidamos representantes de vários grupos plurais para entender como o seguro está sendo visto pela sociedade. E verificamos que há muitos setores que reclamam de produtos inadequados”, afirmou a diretora da Susep.

Por fim, Simone Fávoro demonstrou otimismo quanto ao avanço das mulheres no mercado. “No passado, as mulheres ocupavam apenas cargos administrativos. Hoje, muitas são donas de Corretoras de Seguros”, comemorou.





Seguradoras do Brasil e Portugal enfrentam desafios crescentes com eventos climáticos

CNseg participa de encontros bilaterais em Lisboa com setor segurador

As seguradoras do Brasil e de Portugal estão diante de um desafio comum: responder aos impactos cada vez mais frequentes e severos dos eventos climáticos extremos. Enchentes, secas prolongadas, incêndios florestais e tempestades têm afetado especialmente as populações mais vulneráveis, revelando a urgência de tornar o seguro um instrumento mais acessível e eficiente para a proteção social e econômica.

Em encontro em Lisboa entre representantes da CNseg e do Grupo Fidelidade, seguradora que responde por cerca de 30% do mercado português, ficou evidente a dificuldade de ampliar a penetração dos seguros em regiões de maior risco. “No Pantanal, por exemplo, uma região que tradicionalmente não tinha chuvas definidas, enfrentamos inundações severas nos últimos cinco anos. Muitas dessas áreas são grandes produtoras de soja, milho, algodão e açúcar, o que agrava os impactos econômicos”, relatou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Seguros obrigatórios e novas soluções

Alguns países têm adotado modelos que podem inspirar o Brasil e Portugal. Na Turquia, o seguro contra desastres naturais é cobrado diretamente na conta de luz. No México, estados só recebem ajuda do governo federal em caso de desastre se possuírem seguro para sua infraestrutura pública. Para os especialistas, essas experiências mostram que o caminho pode envolver uma combinação de obrigatoriedade, incentivos e inovação nos canais de distribuição.

No Brasil, a CNseg discute com o Legislativo e o Executivo uma proposta de criação do Seguro Social de Catástrofe. O tema tem despertado o interesse de parlamentares, mas ainda carece de adesão de alguns ministérios.

Conhecimento como base para a ação

Com o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos, o setor segurador europeu tem investido em pesquisa para compreender melhor os riscos e desenvolver soluções personalizadas. A seguradora Fidelidade criou um centro de estudos que cruza dados sobre riscos físicos — como incêndios, ondas de calor, chuvas intensas e aumento do nível do mar — com os impactos socioeconômicos em diferentes regiões.

A iniciativa do grupo Fidelidade visa produzir conhecimento aplicável, com o apoio de universidades e centros de pesquisa. Há também programas de bolsas para estudantes de mestrado desenvolverem estudos sobre prevenção, adaptação e impactos econômicos. Com esses dados em mãos, a empresa consegue quantificar os custos do não enfrentamento desses riscos. Isso ajuda governos, seguradoras e cidadãos a tomarem decisões mais informadas.

Educação, prevenção e ferramentas digitais

Outro ponto destacado pelo grupo português é a necessidade de investir em campanhas educativas e ferramentas digitais que alertem a população sobre os riscos de forma simples e proativa. Algumas seguradoras têm criado indicadores personalizados para clientes e corretores, com alertas de risco de alagamento, incêndio e outras ameaças, além de orientações sobre o que fazer antes, durante e depois dos eventos.

Os executivos dos dois países entendem que a vulnerabilidade não é só uma questão geográfica, mas também socioeconômica e por isso é necessária a construção de soluções integradas, com participação pública, privada e da sociedade civil para prevenir tragédias.